

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 1/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

TÍTULO:	Regulamento do Plano de Benefícios CD-05 CNPB nº 2017.0001-83 CNPJ nº 48.307.640/0001/75
CLASSIFICAÇÃO :	Documento Executivo
REFERENCIAL NORMATIVO:	Lei Complementar nº 109/2001
ASSUNTO:	Documento que estabelece os direitos e obrigações firmadas entre a empresa Patrocinadora e os Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios CD-05, definindo regras e condições que norteiam a relação entre as partes.
ELABORADOR:	Área de Relacionamento e Previdência
APROVAÇÃO	REVISÃO 00 Aprovado na 510ª reunião do Conselho Deliberativo, de 10/06/2016, e 513ª, de 14/07/2016 - Parecer nº 103/2017/CGAF/DITEC, de 10/02/2017 Publicada Portaria Previc nº 121, de 10/02/2017, no DOU em 13/02/2017.
	REVISÃO 01 Aprovado na 641ª reunião do Conselho Deliberativo, de 25/04/2023. - Parecer nº 364/2023/CAL/CGAT/DILIC, de 22/09/2023 Publicada Portaria Previc nº 823, de 19/09/2023, no DOU em 25/09/2023
	REVISÃO 02 Aprovado na 669ª reunião do Conselho Deliberativo, de 28/05/2023 e na 671ª reunião do Conselho Deliberativo, de 25/06/2023. - Parecer nº (em processo de aprovação já protocolado na PREVIC). Publicada Portaria Previc nº (aguarda publicação).

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 2/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

ÍNDICE

CAPÍTULO I.....	5
DO OBJETO	5
CAPÍTULO II.....	5
DAS DEFINIÇÕES	5
CAPÍTULO III.....	8
DOS MEMBROS.....	8
SEÇÃO I.....	8
DA PATROCINADORA.....	8
SEÇÃO II.....	8
DOS PARTICIPANTES	8
SEÇÃO III.....	8
DOS ASSISTIDOS	8
SEÇÃO IV	9
DOS BENEFICIÁRIOS.....	9
CAPÍTULO IV.....	9
DA INSCRIÇÃO E DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO NO PLANO	9
SEÇÃO I.....	9
DA INSCRIÇÃO	9
SUBSEÇÃO I.....	9
DA PATROCINADORA.....	9
SUBSEÇÃO II.....	9
DOS PARTICIPANTES	9
SUBSEÇÃO III.....	11
DOS BENEFICIÁRIOS.....	11
SEÇÃO II.....	12
DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO.....	12
SUBSEÇÃO I.....	12
DA PATROCINADORA.....	12
SUBSEÇÃO II.....	12
DOS PARTICIPANTES	12
SUBSEÇÃO III.....	13
DOS BENEFICIÁRIOS.....	13
CAPÍTULO V.....	13
DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	13
CAPÍTULO VI.....	13
DO CUSTEIO.....	13

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 3/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

SEÇÃO I.....	14
DAS CONTRIBUIÇÕES DA PATROCINADORA	14
SEÇÃO II.....	14
DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES E ASSISTIDOS.....	14
SEÇÃO III.....	16
DISPOSIÇÕES GERAIS	16
CAPÍTULO VII	17
DAS CONTAS DO PLANO.....	17
CAPÍTULO VIII.....	18
DOS PERFIS DE INVESTIMENTOS	18
CAPÍTULO IX.....	18
DOS BENEFÍCIOS.....	18
SEÇÃO I	18
DO ELENCO DE BENEFÍCIOS	18
SEÇÃO II.....	19
DOS CRITÉRIOS GERAIS DE CONCESSÃO E DE MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS	19
SEÇÃO III.....	20
DA RENDA DE APOSENTADORIA PROGRAMADA	20
SEÇÃO IV	21
DA RENDA DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	21
SEÇÃO V.....	22
DO ABONO ANUAL.....	22
SEÇÃO VI	22
DO PECÚLIO POR MORTE	22
SEÇÃO VII.....	22
DA DATA DO CÁLCULO E DO PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS	22
SEÇÃO VIII.....	23
DO RECÁLCULO DOS BENEFÍCIOS	23
CAPÍTULO X.....	23
DOS INSTITUTOS.....	23
SEÇÃO I.....	23
DOS CRITÉRIOS GERAIS.....	23
SEÇÃO II.....	24
DO RESGATE.....	24
SEÇÃO III.....	25
DO AUTOPATROCÍNIO.....	25
SEÇÃO IV	26
DO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO	26
SEÇÃO V.....	27

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 4/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

DA PORTABILIDADE	27
SUBSEÇÃO I	27
DO PLANO ENQUANTO PLANO ORIGINÁRIO	27
SUBSEÇÃO II	28
DO PLANO ENQUANTO PLANO DE DESTINO	28
CAPÍTULO XI	28
DA CONTRATAÇÃO DE SEGUROS	28
CAPÍTULO XII	29
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS	29

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 5/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Art. 1º. O Regulamento deste Plano de Benefícios - CD-05 observa os dispositivos do Estatuto da REGIUS – Sociedade Civil de Previdência Privada, fixa as normas gerais e estabelece os direitos e as obrigações da REGIUS, da Patrocinadora, dos Participantes e Assistidos.

Parágrafo único. O Plano de Benefícios – CD-05 está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, e será administrado e executado pela REGIUS.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º. Para efeito deste Regulamento, quando escrito em destaque ou com a primeira letra maiúscula, entende-se por:

I. Abono Anual – Pagamento da 13ª (décima terceira) parcela anual do benefício de renda continuada.

II. Adesão – No caso da pessoa jurídica, é o momento em que um empregador ou ente público assina o Convênio de Adesão e passa a ser patrocinador do plano de benefícios com a aprovação da proposta pelo órgão governamental competente. No caso de empregado ou servidor público de patrocinador, é o momento em que este requer a inscrição como Participante do plano de benefícios e a REGIUS defere o pedido.

III. Aporte Inicial: Aporte de recursos realizado pelos patrocinadores a título de adiantamento de contribuições futuras, quando da adesão ao plano de benefícios.

IV. Atuário – É a pessoa física ou jurídica habilitada como tal, responsável tecnicamente pelo plano de benefícios, com o propósito de realizar cálculos, avaliações atuariais e prestar serviços de consultoria ou assessoria atuarial correlatas.

V. Autopatrocínio – Faculdade do Participante manter o valor de contribuição, inclusive do correspondente ao patrocinador, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção dos benefícios nos níveis correspondentes àquela remuneração ou em outros definidos em normas regulamentares.

VI. Benefício – Toda e qualquer prestação de cunho previdencial assegurada pelo plano de benefícios aos seus Participantes e respectivos Beneficiários, na forma e condições estabelecidas neste Regulamento.

VII. Benefício Pleno – Benefício de caráter previdenciário, denominado neste Regulamento como Renda de Aposentadoria Programada.

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 6/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

VIII. Benefício Proporcional Diferido – O instituto que faculta ao Participante, em razão da cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora e antes da aquisição do direito ao Benefício Pleno, optar por receber, em tempo futuro, benefício decorrente dessa opção, calculado de acordo com as regras deste plano.

IX. Carência: prazo mínimo estabelecido para que o Participante ou beneficiário adquira direito aos benefícios ou possa optar por institutos previstos neste Regulamento, conforme o caso.

X. Contribuição – Aporte pecuniário realizado pela Patrocinadora, Participantes e Assistidos para custear os benefícios oferecidos pelo plano de benefícios.

XI. Contribuição Definida – Modelo de plano cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do Participante, inclusive, na fase de percepção dos benefícios.

XII. Convênio de Adesão – Instrumento formal por meio do qual as partes, Patrocinadora e REGIUS, pactuam suas obrigações e direitos para o patrocínio, administração e operação de plano de benefícios.

XIII. Elegibilidade – É o conjunto de condições necessárias a percepção dos benefícios previstos neste plano de benefícios.

XIV. Extrato – É o documento que contém as informações relativas à situação do Participante, para fins de opção pelos institutos previstos neste Regulamento, contendo os dados e informações advindos de sua participação no Plano de Benefícios, na forma disciplinada pelas normas vigentes e aplicáveis à matéria.

XV. Mês de Recálculo – É o mês base para realização do recálculo anual dos benefícios e que, neste Plano, corresponde ao mês de junho.

XVI. Parcela De Risco – Valor contratado individualmente por Participante ou Assistido junto à sociedade seguradora, por representação da REGIUS, custeado pelo Participante ou Assistido, destinado a compor a Conta Individual do Participante nos casos de invalidez ou morte do Participante; ou a Conta Individual de Benefícios no caso de sobrevivência do Assistido.

XVII. Parecer Atuarial – Opinião fundamentada, emitida pelo atuário responsável pelo acompanhamento do plano de benefícios, envolvendo aspectos técnicos sobre quaisquer eventos que possam trazer impactos sobre os compromissos previdenciais do plano.

XVIII. Perfis de Investimentos – Ferramenta de gestão de recursos previdenciários que permite ao Participante optar, sob o seu inteiro risco e sob a sua exclusiva responsabilidade, por uma das carteiras de investimentos do Plano disponibilizado pela Entidade.

XIX. Período de Diferimento – É o período decorrido entre a data da opção pelo benefício proporcional diferido e a data de início de percepção da renda decorrente da opção pelo benefício proporcional diferido.

XX. Plano de Custeio - Regras e parâmetros definidos na avaliação atuarial, com periodicidade mínima anual, que determinam os percentuais e fontes do custeio administrativo e estabelece o nível das contribuições dos membros do Plano de Benefícios.

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 7/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

XXI. Plano De Gestão Administrativa – Plano que recebe as contribuições administrativas, destinadas à gestão administrativa dos planos de benefícios previdenciais administrados pela REGIUS.

XXII. Plano Originário – É o plano de benefícios do qual serão portados os recursos financeiros que representam o direito acumulado do Participante, sendo que o Plano de Benefícios CD-05 poderá assumir esta condição quando os seus Participantes optarem por portar seus recursos para outro plano.

XXIII. Plano de Destino – Significa o plano de benefícios para qual serão portados os recursos financeiros que representam o direito acumulado do Participante, sendo que o Plano de Benefícios CD-05 assume esta condição quando os Participantes de outros planos optarem por portar seus recursos para este plano, desde que nele estejam inscritos.

XXIV. Portabilidade – É o instituto que faculta ao Participante transferir os recursos financeiros correspondentes ao seu direito acumulado para outro plano de benefícios de caráter previdenciário administrado por entidade fechada de previdência complementar, entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano, nos termos deste Regulamento.

XXV. Resgate – o instituto que faculta ao Participante receber, durante a fase de diferimento, valor decorrente de recursos vertidos em seu nome ao plano de benefícios, nos termos deste Regulamento.

XXVI. Regime Geral da Previdência Social – o ramo da previdência oficial, de caráter compulsório, destinado ao atendimento do trabalhador da iniciativa privada, cujo gerenciamento encontra-se a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

XXVII. Regime Próprio de Previdência Social – o ramo da previdência oficial, de caráter compulsório, destinado ao atendimento do servidor estatutário da iniciativa pública, cujo gerenciamento encontra-se instituído pelo respectivo ente federativo.

XXVIII. Termo de Opção – É o documento formal, mediante o qual o Participante formaliza, perante a REGIUS, a opção por um dos institutos previstos no **Capítulo X** deste Regulamento, na forma e no prazo disciplinados pelas normas vigentes.

XXIX. Termo de Portabilidade – É o documento formal emitido pela REGIUS, que contempla a opção do Participante do plano pela portabilidade, contendo as informações necessárias para o seu exercício, na forma da Seção V do **Capítulo X** deste Regulamento, na forma e prazo disciplinados pelas normas vigentes.

XXX. Unidade de Referência CD-05, URR-CD-05 – o valor de referência utilizado para fins de definição do valor mínimo do benefício a ser pago na forma de renda de aposentadoria.

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 8/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

CAPÍTULO III

DOS MEMBROS

Art. 3º. São membros deste Plano de Benefícios:

- I. Patrocinadora;
- II. Participantes;
- III. Assistidos;
- IV. Beneficiários.

SEÇÃO I

DA PATROCINADORA

Art. 4º. É Patrocinadora deste Plano de Benefícios a pessoa jurídica vinculada por firmar Convênio de Adesão com a REGIUS, observadas as condições previstas no seu Estatuto, bem como normas e dispositivos legais vigentes, pertinentes à matéria.

SEÇÃO II

DOS PARTICIPANTES

Art. 5º. São Participantes deste Plano de Benefícios os empregados ou servidores das Patrocinadoras que aderirem a este Plano na forma do artigo 10 deste Regulamento.

§ 1º Para os efeitos deste Regulamento, são equiparáveis aos empregados a que se refere o caput os gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo e outros dirigentes da Patrocinadora.

§ 2º Consideram-se Participantes Autopatrocinados aqueles que optarem pelo autopatrocínio disposto nos **artigos 51** e seguintes deste Regulamento.

§ 3º Consideram-se Participantes em Regime Especial aqueles que optarem pelo benefício proporcional diferido disposto no **artigo 54** deste Regulamento.

SEÇÃO III

DOS ASSISTIDOS

Art. 6º. Consideram-se Assistidos aqueles que estiverem recebendo quaisquer dos benefícios previstos no inciso I do **artigo 32** deste Regulamento.

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 9/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

SEÇÃO IV

DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 7º. São Beneficiários deste Plano de Benefícios a(s) pessoa(s) física(s) indicada(s) pelo(s) Participante(s) ou Assistido(s), nos termos do artigo 11.

CAPÍTULO IV

DA INSCRIÇÃO E DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO NO PLANO

Art. 8º. A inscrição dos membros relacionados no artigo 3º e a manutenção dessa qualidade neste Plano são pressupostos indispensáveis para o exercício dos direitos e obrigações descritos neste Regulamento.

SEÇÃO I

DA INSCRIÇÃO

SUBSEÇÃO I

DA PATROCINADORA

Art. 9º. A inscrição como Patrocinadora deste Plano de Benefícios far-se-á por meio da celebração de Convênio de Adesão referido no artigo 2º Inciso XII e após aprovação pelo órgão governamental competente.

SUBSEÇÃO II

DOS PARTICIPANTES

Art. 10. A inscrição como Participante é condição essencial à obtenção de qualquer benefício previsto neste Regulamento, sendo realizada por meio de requerimento deferido pela REGIUS.

§ 1º. A inscrição como Participante implica em autorização para que sejam consignados em folha de pagamento de salários, de benefícios ou debitados em conta corrente bancária, os valores das contribuições estabelecidos no Plano de Custeio, bem como os encargos relativos à contribuições em atraso.

§ 2º A inscrição é facultativa e será realizada de forma:

I - Convencional, por iniciativa do Participante, e formalizada por meio de documento impresso, transação remota ou pagamento voluntário da primeira contribuição; ou

II - Automática, por iniciativa da Patrocinadora, no momento do estabelecimento da relação de trabalho.

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 10/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

§ 3º No caso de inscrição automática, o Participante passa a ter todos os direitos previstos neste regulamento, com base no percentual máximo de Contribuição Normal do Participante, nos termos deste regulamento e do Plano de Custeio, observado o limite contributivo da respectiva Patrocinadora.

§ 4º No ato da inscrição o Participante ou a Patrocinadora, conforme o caso, deverá apresentar os documentos exigidos pela REGIUS.

§ 5º A REGIUS disponibilizará ao Participante o certificado de inscrição, o Estatuto da Entidade e do Regulamento do Plano, além de material explicativo que descreva em linguagem simples as características do Plano, por meio físico ou digital:

I - no momento da inscrição, quando realizada de forma convencional;

II - no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da inscrição automática.

§ 6º O certificado deverá conter:

I - os requisitos que regulam a admissão e a manutenção da qualidade de Participante;

II - os requisitos de elegibilidade aos benefícios; e

III - as formas de cálculo dos benefícios.

§ 7º Em se tratando de inscrição automática, a REGIUS deverá, no prazo mencionado no § 5º, inciso II, deste artigo, comunicar ao Participante, por qualquer meio que assegure sua ciência, inclusive digital:

I - que a inscrição no plano de benefícios implica autorização para o desconto periódico da contribuição devida pelo Participante e aporte da contrapartida da Patrocinadora, nos termos deste regulamento e do Plano de Custeio do plano de benefícios; e

II - que o Participante poderá manifestar em até 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da inscrição, o desejo de que a inscrição automática seja tornada sem efeito.

§ 8º O silêncio ou inércia do Participante no período previsto no § 7º, inciso II, deste artigo, implica sua anuência à inscrição no plano de benefícios.

§ 9º Na hipótese da inscrição se tornar sem efeito, mediante manifestação expressa de desistência do Participante inscrito automaticamente, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias da data da inscrição, será assegurado o direito à restituição de contribuições pessoais vertidas, atualizadas pela variação da cota patrimonial do Plano, a ser paga em até 60 (sessenta) dias contados da data do protocolo do pedido de desistência na REGIUS.

§ 10º As contribuições realizadas pela Patrocinadora serão restituídas à respectiva fonte pagadora no mesmo prazo e condições previstos no § 9º deste artigo.

§ 11º A REGIUS será responsável pela restituição das contribuições ao Participante, cuja operacionalização deve ser realizada por meio da Patrocinadora.

§ 12º A restituição das contribuições em virtude da desistência da inscrição prevista no § 9º deste artigo não caracteriza resgate.

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 11/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

§ 13º Caso a REGIUS não cumpra as obrigações decorrentes da inscrição automática de que trata este artigo, o Participante poderá manifestar sua desistência a qualquer tempo, aplicando-se o disposto neste regulamento em relação ao desligamento.

§ 14º Após o período de desistência de que trata este artigo, é assegurado ao Participante o direito de requerer a qualquer tempo, antes de entrar em gozo de benefício, o cancelamento de sua inscrição no plano de benefícios, nos termos deste regulamento.

§ 15º Os Participantes e Assistidos deste Plano são obrigadas a comunicar à REGIUS, dentro do prazo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência e juntando os documentos exigidos, qualquer modificação ocorrida nos dados cadastrais informados no ato de sua inscrição.

§ 16º É vedada a inscrição de Participante que esteja inscrito em outro plano de benefícios administrado pela REGIUS, por força de um mesmo vínculo empregatício ou estatutário de Patrocinadora deste Plano de Benefícios.

SUBSEÇÃO III

DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 11. O Participante ou Assistido poderá inscrever qualquer pessoa para figurar como seu Beneficiário em relação a este Plano de Benefícios, para fins de recebimento do pecúlio por morte referido no **artigo 46**.

§ 1º A inscrição de Beneficiário(s) não tem caráter definitivo, podendo o Participante ou Assistido, a qualquer tempo, excluir ou incluir Beneficiário(s) e estabelecer percentuais diferenciados por Beneficiário.

§ 2º A inscrição referida no caput será feita mediante a apresentação de documento de identificação do(s) Beneficiário(s) e pelo preenchimento do requerimento formal, em modelo fornecido pela REGIUS.

§ 3º A inscrição formal do(s) Beneficiário(s) é essencial e obrigatória para a obtenção do(s) benefício(s) previsto neste Regulamento.

§ 4º A inscrição como Beneficiário(s) deste Plano de Benefícios dar-se-á pela homologação, por parte da REGIUS, do respectivo pedido.

Art. 12. Ao Participante ou Assistido que vier a falecer sem que tenha sido feita a inscrição de Beneficiário(s), aplica-se o disposto parágrafo único do **artigo 46**.

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 12/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

SEÇÃO II

DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO

SUBSEÇÃO I

DA PATROCINADORA

Art. 13. O cancelamento da inscrição da Patrocinadora deste Plano dar-se-á por intermédio de sua retirada de patrocínio na forma definida no Convênio de Adesão e na legislação vigente.

SUBSEÇÃO II

DOS PARTICIPANTES

Art. 14. Perderá a condição de Participante aquele que:

I. Falecer;

II. Requerer seu desligamento deste Plano de Benefícios;

III. Deixar de pagar as contribuições e encargos devidos por 6 (seis) meses consecutivos ou alternados, ressalvadas as hipóteses previstas no artigo 21, § 1º, e no **artigo 54** deste Regulamento.

IV. Vier a receber o benefício de renda em forma de pagamento único, de acordo com o disposto no **artigo 37**;

V. Fizer opção pelos institutos de resgate ou portabilidade previstos, respectivamente, nos **artigos 50 e 55**;

VI. Cessar o vínculo empregatício com a Patrocinadora e não optar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do extrato de que trata §2º do **artigo 49**, por permanecer neste Plano na condição de Participante Autopatrocinado ou de Participante em Regime Especial, ressalvado o disposto no § 3º do **artigo 49**;

VII. Deixar de cumprir, por ação ou omissão, erro voluntário ou dolo, qualquer das condições básicas, descritas neste Regulamento, necessárias a sua habilitação e manutenção como Participante deste Plano.

§ 1º O Participante que tiver cancelada sua inscrição nos termos dos incisos II, III, IV e V deste artigo, perderá o direito aos benefícios previstos neste Plano, sendo-lhe assegurado tão somente o resgate de contribuições, conforme regras previstas no **artigo 50**, quando de sua rescisão de contrato de trabalho com a Patrocinadora.

§ 2º No caso de Participante que cancele a inscrição neste Plano de Benefícios e venha a falecer, sem que tenha efetuado o resgate do valor equivalente às cotas existentes em seu nome, será assegurada ao espólio o resgate das contribuições conforme regras previstas no **artigo 50**.

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 13/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

§ 3º O cancelamento da inscrição de Participante, na forma prevista no inciso III deste artigo, deverá ser precedido de notificação, que estabelecerá o prazo de 30 (trinta) dias para liquidação, pelo Participante, dos valores em atraso, aplicando-se as mesmas penalidades nos termos do artigo 26.

SUBSEÇÃO III

DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 15. O cancelamento da inscrição de Beneficiário(s) deste Plano dar-se-á:

- I. Por solicitação formal do Participante ou Assistido;
- II. Pelo cancelamento da inscrição de Participante, ressalvado o caso de falecimento deste;
- III. Pelo falecimento do(s) Beneficiário(s).

CAPÍTULO V

DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

Art. 16. Entende-se por Salário de Contribuição o valor sobre o qual incidem percentuais de contribuição para este Plano de Benefícios, assim discriminados:

- I. Para o Participante será o valor correspondente às verbas fixas de sua remuneração, excluindo-se, portanto, verbas extraordinárias como substituição de função gratificada, hora extra eventual, participação nos lucros, abonos, bônus, dentre outras;
- II. Para o Participante em gozo de auxílio-doença ou de auxílio-acidente pelo Regime Geral de Previdência Social ou Regime Próprio de Previdência Social será aquele apurado no mês imediatamente anterior ao afastamento;
- III. Para o Participante Autopatrocinado será o Salário de Contribuição computado no mês imediatamente anterior ao da perda da remuneração, devidamente atualizado, em janeiro de cada ano, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, observada a proporcionalidade no primeiro ano de reajuste, considerando o mês de opção pelo instituto do autopatrocínio;
- IV. Para o Assistido, será o valor do benefício que estiver percebendo deste Plano de Benefícios.

CAPÍTULO VI

DO CUSTEIO

Art. 17. Este Plano de Benefícios será custeado por contribuições da Patrocinadora, dos Participantes e dos Assistidos, de acordo com Plano de Custeio fixado.

Art. 18. O Plano de Custeio será elaborado anualmente pelo atuário responsável pelo acompanhamento deste plano de benefícios e submetido à aprovação do Conselho Deliberativo da REGIUS, entrando em vigor conforme data fixada pelo referido Conselho.

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 14/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

Parágrafo único. Independente do período mencionado no caput, o Plano de Custeio será revisto sempre que ocorrerem eventos determinantes de alterações dos encargos.

SEÇÃO I

DAS CONTRIBUIÇÕES DA PATROCINADORA

Art. 19. A Patrocinadora verterá a este Plano de Benefícios, relativamente aos Participantes nele inscritos, contribuições estabelecidas de acordo com o Plano de Custeio, nas seguintes modalidades:

- I. Contribuição Normal Patronal – Contribuição mensal, de caráter obrigatório, equivalente a contribuição normal básica do Participante e limitada ao percentual indicado no Plano de Custeio, incidente no correspondente Salário de Contribuição;
- II. Contribuição Administrativa Patronal – Contribuição mensal, de caráter obrigatório, resultante da aplicação de percentual fixado no Plano de Custeio, sobre a contribuição descrita no inciso I. deste artigo, observada a paridade contributiva.
- III. Contribuição de Risco – contribuição mensal, a ser paga no caso de opção do Participante pela Parcela de Risco, sendo deduzida das Contribuições Normais, enquanto houver contrato de seguro vigente, cujo valor ou alíquota será definido no Plano de Custeio anual aprovado pelo Conselho Deliberativo.

SEÇÃO II

DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

Art. 20. Os Participantes verterão a este Plano de Benefícios contribuições estabelecidas de acordo com o Plano de Custeio, nas seguintes modalidades:

- I. Contribuição Normal do Participante – Contribuição mensal, de caráter obrigatório, a ser vertida, inclusive, pelo Participante Autopatrocinado, cujo valor será correspondente à aplicação de percentual, por ele definido, sobre seu Salário de Contribuição;
- II. Contribuição Facultativa do Participante – Contribuição de caráter eventual e facultativo, cujo valor é definido livremente pelo Participante, podendo ser vertido em qualquer tempo, mediante prévia comunicação à REGIUS;
- III. Contribuição Administrativa do Participante – Contribuição mensal, de caráter obrigatório, devida pelos Participantes Ativos e Participantes Autopatrocinados, apurada pela aplicação de percentual fixado no Plano de Custeio sobre as contribuições descritas nos incisos I e II deste artigo.
- IV. Contribuição Administrativa do Participante em Regime Especial – Contribuição anual, de caráter obrigatório, apurada pela aplicação do percentual fixado no Plano de Custeio, sobre o saldo da Conta Individual do Participante e Conta Identificada da Patrocinadora;

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 15/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

V. Contribuição Administrativa do Assistido – Contribuição mensal, de caráter obrigatório, resultante da aplicação de percentual fixado no Plano de Custeio, incidente sobre o valor do benefício percebido;

VI. Recursos Financeiros Portados – Recursos individualmente portados de planos de benefícios administrados por outras Entidades de Previdência Complementar ou Sociedades Seguradoras.

VII. Contribuição de Risco – contribuição mensal, a ser paga no caso de opção do Participante ou Assistido pela Parcela de Risco, sendo deduzida das Contribuições Normais ou da Renda de Aposentadoria, conforme o caso, enquanto houver contrato de seguro vigente, cujo valor ou alíquota será definido no Plano de Custeio anual aprovado pelo Conselho Deliberativo.

§ 1º O percentual de contribuição a que se refere o inciso I deste artigo será definido pelo Participante, na data de sua inscrição neste Plano, e poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante preenchimento de formulário próprio, bem como de forma eletrônica, sendo processada a alteração pela REGIUS, até o segundo mês subsequente ao recebimento do pedido pela REGIUS.

§ 2º O percentual de contribuição a que se refere o inciso I deste artigo será fixado em números inteiros, expresso no Plano de Custeio.

§ 3º A Contribuição de Risco tem destinação específica para o pagamento de prêmio securitário contratado junto à Sociedade Seguradora, não integrando a reserva de poupança e não sendo passível de ressarcimento ao Participante.

Art. 21. Será assegurado ao Participante, suspender, a qualquer tempo, sua contribuição normal ao Plano de Benefícios, pelo período de até seis meses.

§ 1º O requerimento da suspensão, referida no caput, deverá ser formulado por escrito e entregue à REGIUS para deferimento.

§ 2º Novo pedido de suspensão somente poderá ser encaminhado após o pagamento de pelo menos três contribuições normais do Participante.

§ 3º O Participante que tiver suspensa a cobrança da contribuição normal do Participante, terá automaticamente suspensa, pelo mesmo período, a contribuição normal patronal, dos prazos de carência para a percepção dos benefícios e institutos deste Plano de Benefícios e a cobertura securitária da Parcela de Risco.

§4º Para fins de manutenção da cobertura securitária, será facultado ao Participante o pagamento da Contribuição de Risco de que trata o artigo 20, inciso VII, deste Regulamento, observadas as condições de contratação disciplinadas no contrato firmando entre a REGIUS e a sociedade seguradora ou resseguradora.

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 16/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

SEÇÃO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. As contribuições previstas nos I, II artigo 19 e incisos I, III e V, e do artigo 20, serão efetuadas mensalmente, inclusive, sobre o 13º salário ou abono anual.

Art. 23. As contribuições da Patrocinadora referidas no artigo 19 serão repassadas à REGIUS, mediante crédito em conta corrente por esta indicada, até o quinto dia útil subsequente ao crédito da folha de pagamento dos empregados.

Art. 24. As contribuições do Participante, referidas nos incisos I e III, do artigo 20, serão descontadas na folha de pagamento da Patrocinadora, e repassadas à REGIUS, na mesma forma e prazo previstos no artigo 23.

§ 1º Os Participantes Autopatrocinados devem recolher as contribuições a este Plano diretamente à REGIUS, por intermédio de boleto bancário ou outra forma definida pela REGIUS, no mesmo prazo previsto no artigo 23.

§ 2º Para o Participante em Regime Especial a Contribuição Administrativa referida no inciso IV do artigo 20 será debitada anualmente de sua Conta Individual do Participante e Conta Identificada da Patrocinadora referidas nos incisos II do artigo 29.

Art. 25. As contribuições referidas no inciso V e VII do artigo 20 serão descontadas diretamente do Assistido, pela REGIUS, na folha de pagamento dos benefícios.

Art. 26. Em caso de inobservância, por parte da Patrocinadora, do prazo estabelecido nos artigos 23 e 24, esta ficará sujeita ao pagamento do valor do débito acrescido de multa de 1% (um por cento), atualizado pela variação da cota patrimonial do Plano no período compreendido entre a data devida para o recolhimento da contribuição e a data do efetivo pagamento.

Parágrafo Único. Os encargos de mora sobre a Contribuição de Risco observarão os critérios disciplinados no contrato firmando entre a REGIUS e a sociedade seguradora ou resseguradora.

Art. 27. No caso de as importâncias consignadas a favor deste Plano não serem descontadas na folha de pagamento da Patrocinadora, por motivo causado pelo Participante ou inadimplidas pelo Participante Autopatrocinado, estes ficarão obrigados a recolhê-las diretamente à REGIUS, no prazo estabelecido no artigo 23, sob pena de aplicação das mesmas penalidades previstas no artigo 26, observados critérios uniformes e não discriminatórios pela REGIUS.

Parágrafo Único. As contribuições em atraso do Participante poderão ser parceladas em até 12 (doze) vezes, sendo neste caso corrigidas pela variação da cota patrimonial do Plano, com pagamento até o penúltimo dia útil de cada mês, até a completa quitação do valor, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 26.

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 17/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

Art. 28. Os recursos referidos nas Seções I e II deste capítulo serão repassados à REGIUS ou deduzidos do benefício em percepção, em moeda corrente nacional, creditando-se o correspondente quantitativo de cotas nas contas devidas, conforme especificado nos artigos 29 e 30, mediante a conversão destes valores pela cota válida para a data em que estes forem efetivamente pagos à REGIUS.

CAPÍTULO VII

DAS CONTAS DO PLANO

Art. 29. Este Plano manterá as Contas constituídas em quantitativo de cotas, denominadas da seguinte forma:

I. Conta Individual do Participante – Conta identificada em nome de cada Participante, Participante Autopatrocinado e Participante em Regime Especial, sendo constituída pelos créditos das contribuições vertidas pelo Participante, conforme incisos I e II do artigo 20, descontadas as contribuições de risco, se houver e as contribuições para cobertura das despesas administrativas;

II. Conta Identificada da Patrocinadora – Conta identificada em nome de cada Participante, Participante Autopatrocinado e Participante em Regime Especial, sendo constituída pelos créditos das contribuições vertidas pela Patrocinadora, conforme inciso I do artigo 19, descontadas as contribuições de risco, se houver e as contribuições para cobertura das despesas administrativas;

III. Conta Individual Portada de Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) – Conta identificada em nome de cada Participante, Participante Autopatrocinado e Participante em Regime Especial, formada pelo crédito de recursos financeiros portados pelo Participante, constituídos em outros planos de benefícios previdenciários, administrados por EFPC, nos termos da Seção V do **Capítulo X** deste Regulamento;

IV. Conta Individual Portada de Entidade Aberta de Previdência Complementar (EAPC) – Conta identificada em nome de cada Participante, Participante Autopatrocinado e Participante em Regime Especial, formada pelo crédito de recursos financeiros portados pelo Participante, constituídos em outros planos de benefícios previdenciários, administrados por EAPC ou Sociedade Seguradora, nos termos da Seção V do **Capítulo X**, deste Regulamento;

V. Conta Administrativa – Conta de caráter coletivo, constituída pelos créditos das contribuições administrativas previstas nos incisos II do artigo 19, e incisos III, IV e V do artigo 20, bem como outros critérios estabelecidos no Regulamento do PGA;

VI. Conta Individual de Benefícios – Conta identificada em nome de cada Assistido, constituída na data de concessão das rendas previstas no inciso I do **artigo 32**, ou em nome do Participante, em decorrência de seu falecimento, sendo formada pelo crédito dos recursos acumulados na Conta Individual do Participante, Conta Identificada da Patrocinadora e, se houver, na Conta Individual Portada de EFPC ou EAPC, e debitada mensalmente do valor da renda assegurada ao Assistido, enquanto houver saldo, ou, de uma única vez, pelo pagamento do pecúlio por morte, na forma prevista neste Regulamento;

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 18/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

VII. Fundo de Reversão – Constituído pela transferência dos recursos não resgatáveis da Conta Identificada da Patrocinadora, resultante da aplicação da regra prevista no § 6º, do **artigo 50** deste Regulamento, bem como das multas por atraso, pela Patrocinadora e pelo Participante, nos moldes do artigo 26, tendo como finalidade assegurar coberturas de contingências, ajustes deste Plano de Benefícios e outras finalidades, desde que aprovadas pelo Conselho Deliberativo da REGIUS, suportado em parecer do atuário, responsável técnico por este Plano.

Art. 30. A manutenção e movimentação das contas previstas neste capítulo serão feitas sempre em quantidade de cotas devendo, para tanto, o valor a ser creditado ou debitado em cada uma das contas, serem devidamente convertidos em cotas, considerando a cota válida para a data em que houver a movimentação dos recursos.

CAPÍTULO VIII

DOS PERFIS DE INVESTIMENTOS

Art. 31. O Conselho Deliberativo da Entidade poderá instituir Perfis de Investimentos a serem escolhidos pelos Participantes, sob o seu inteiro risco e sob a sua exclusiva responsabilidade, para a aplicação dos recursos alocados em suas respectivas contas, em conformidade com as regras e procedimentos aprovados pelo Conselho Deliberativo sobre a composição das carteiras de investimentos e os limites de aplicação.

§ 1º A decisão do Conselho Deliberativo que instituir os perfis de investimentos deverá ser fundamentada de acordo com critérios técnicos e econômicos.

§ 2º A instituição dos perfis de investimentos deverá ser acompanhada da aprovação de Regulamento de Perfil de Investimento pelo Conselho Deliberativo, contendo regras para a sua operacionalização, especialmente, em relação à definição desses perfis e aos prazos de opção pelos Participantes.

§ 3º A regulamentação de que trata o § 2º deverá ser considerada na elaboração da nota técnica atuarial.

§ 4º As disposições deste artigo deverão ser amplamente divulgadas aos Participantes, especialmente, em relação aos riscos associados a cada perfil.

CAPÍTULO IX

DOS BENEFÍCIOS

SEÇÃO I

DO ELENCO DE BENEFÍCIOS

Art. 32. Aos Participantes e Beneficiários deste Plano de Benefícios, desde que devidamente inscritos e habilitados, é assegurado o seguinte elenco de benefícios na respectiva classe:

I. Aos Participantes:

a) Renda de aposentadoria programada;

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 19/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

b) Renda de aposentadoria por invalidez.

II. Aos Beneficiários:

Alínea única. Pecúlio por morte.

SEÇÃO II

DOS CRITÉRIOS GERAIS DE CONCESSÃO E DE MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS

Art. 33. Os benefícios de renda previstos neste Regulamento serão suportados pelo saldo existente na Conta Individual de Benefícios e mantidos na forma de rendas mensais, consecutivas e temporárias, conforme previsto neste capítulo.

Art. 34. O pecúlio por morte será devido na forma de pagamento único, observados os dispositivos deste Regulamento.

Art. 35. Os benefícios de renda previstos neste Regulamento serão concedidos mediante requerimento em formulário próprio, fornecido pela REGIUS, ocasião em que o Participante deverá formalizar a sua opção em relação ao tempo para recebimento da renda, que poderá ser de 5 (cinco) até 30 (trinta) anos.

§1º Anualmente, até o último dia útil do mês anterior ao estabelecido no **artigo 48**, o Participante poderá requerer a alteração do prazo de pagamento do benefício, observado o prazo mínimo e máximo estabelecido no caput, bem como o disposto nos **artigos 37 e 38** deste Regulamento, sendo que as alterações dar-se-ão no mês janeiro do ano subsequente à formalização do pedido de alteração.

§ 2º Quando do pagamento da última parcela da renda de aposentadoria em percepção, conforme prazo definido pelo Participante, nos termos deste artigo, será pago ao Assistido o saldo então existente na respectiva Conta Individual de Benefícios, com a consequente extinção de quaisquer compromissos deste Plano e da Entidade para com o Assistido ou seu(s) Beneficiário(s).

§ 3º Observado o prazo mínimo estabelecido no caput, no ato do requerimento dos benefícios de renda, o Participante poderá requerer a antecipação de até 12 (doze) parcelas do valor do benefício, sendo deduzidas das últimas parcelas e paga na mesma data da primeira parcela do benefício de renda.

Art. 36. Os benefícios de renda previstos neste Regulamento serão apurados em quantidade de cotas, na data da concessão da respectiva renda, pela divisão do saldo existente na Conta Individual de Benefícios, pelo prazo definido pelo Participante e convertidos, nesta mesma data, pelo valor da cota vigente, mantendo o valor do benefício apurado em moeda corrente nacional, constante até o mês de recálculo dos benefícios, conforme definido nos **artigos 35 e 48**, representado pela seguinte fórmula:

VB = __ CIB__

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 20/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

PZ

Onde:

VB: Valor do Benefício.

CIB: Saldo constante da Conta Individual de Benefício.

PZ: Tempo remanescente para o recebimento da renda.

§ 1º. No primeiro cálculo do valor do benefício o tempo remanescente para o recebimento da renda será aquele optado pelo Participante, observado os limites mínimo e máximo de prazo, conforme expresso no **artigo 35** deste Regulamento.

§ 2º. No recálculo do benefício, nos termos do **artigo 48**, o tempo remanescente para o recebimento da renda será aquele optado pelo Participante inicialmente, subtraído o do número de meses de benefícios percebidos, desde que não tenha havido formalização de alteração do prazo de pagamento do benefício, nos termos do §1º do **artigo 35** deste Regulamento.

§ 3º. No recálculo do benefício, nos termos do **artigo 48**, tendo havido formalização de alteração do prazo de pagamento do benefício, nos termos do §1º do **artigo 35**, o tempo remanescente para o recebimento da renda será aquele novo prazo expresso pelo Participante.

Art. 37. Ao Participante cujo benefício de renda, à época da concessão, resulte em valor inicial, expresso em moeda corrente nacional, igual ou inferior a 20% (vinte por cento) da Unidade de Referência – CD-05, URR- CD-05, a ele será pago a totalidade de cotas existentes, em parcela única, situação em que será configurado o seu desligamento deste Plano, extinguindo-se, por conseguinte, os direitos ao recebimento de quaisquer benefícios previstos neste Regulamento.

Art. 38. A qualquer momento em que o saldo da Conta Individual de Benefícios se torne inferior ao valor do benefício pago mensalmente, será devido ao Assistido receber integralmente, o saldo existente na respectiva Conta Individual de Benefício, com a consequente extinção de quaisquer compromissos deste Plano, e da REGIUS, para com o Assistido ou seu(s) Beneficiário(s).

Art. 39. Os benefícios previstos no **artigo 32** serão concedidos aos Participantes ou aos Beneficiários que, cumulativamente, os requererem e atenderem às determinações deste Regulamento.

Art. 40. Os valores não prescritos, correspondentes a benefícios não recebidos em vida, pelo Participante ou Assistido, serão pagos, nos termos do **artigo 46** deste Regulamento.

Art. 41. Não ocorre prescrição contra menores, incapazes e ausentes, na forma da lei.

SEÇÃO III

DA RENDA DE APOSENTADORIA PROGRAMADA

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 21/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

Art. 42. A renda de aposentadoria programada consiste no pagamento de benefício mensal e temporário, calculado na forma do **artigo 36**, que será assegurado aos Participantes deste Plano de Benefícios mediante requerimento, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

- I. Idade mínima de 55 (cinquenta e cinco) anos;
- II. 60 (sessenta) meses de contribuições ao Plano de Benefícios;
- III. 5 (cinco anos) anos de vínculo empregatício ou estatutário com a respectiva Patrocinadora;
- IV. Tenha rescindido o vínculo empregatício ou estatutário com a Patrocinadora.

§ 1º Para os efeitos do disposto no caput, o tempo de vinculação a este Plano na condição de Participante Autopatrocinado será considerado como tempo de vínculo empregatício ou estatutário.

§ 2º Será também considerado como tempo de vinculação ao plano e tempo de vínculo empregatício ou estatutário, o período em que o Assistido ficou em percepção de renda de aposentadoria por invalidez prevista neste Regulamento.

SEÇÃO IV

DA RENDA DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Art. 43. A renda de aposentadoria por invalidez consiste no pagamento de benefício mensal e temporário, calculado na forma do **artigo 36**, que será assegurado aos Participantes deste Plano de Benefícios, mediante requerimento, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

- I. Estar aposentado por invalidez pelo Regime Geral de Previdência Social ou Regime Próprio de Previdência Social;
- II. Tiver completado 12 (doze) meses de vinculação a este Plano de Benefícios.

Parágrafo Único. O Assistido em gozo do benefício de renda de aposentadoria programada e que venha a se invalidar não terá alteração na modalidade de renda.

Art. 44. A REGIUS poderá, a qualquer tempo, exigir do Participante em gozo do benefício de renda de aposentadoria por invalidez, documento comprobatório da manutenção da condição de aposentado junto ao Regime Geral de Previdência Social ou Regime Próprio de Previdência Social, sob pena de suspensão de pagamento do referido benefício.

Parágrafo único. Caso o Assistido tenha o benefício de aposentadoria por invalidez cancelado pelo Regime Geral de Previdência Social ou Regime Próprio de Previdência Social e seja reintegrado aos quadros da Patrocinadora, o pagamento da respectiva renda de que trata o **artigo 43** será imediatamente suspenso, devendo este retornar a condição de Participante do plano, até que tenha cumprido todos os requisitos necessários à concessão da renda de aposentadoria programada.

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 22/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

SEÇÃO V

DO ABONO ANUAL

Art. 45. Ao Participante em gozo de quaisquer dos benefícios previstos no inciso I do **artigo 32** deste Regulamento, será pago, além da parcela mensal do benefício, em dezembro de cada ano, a título de abono anual, valor idêntico ao do benefício percebido no referido mês.

Parágrafo Único. No ano da concessão de quaisquer dos benefícios previstos no inciso I do **artigo 32** deste Regulamento, o abono anual de que trata este artigo corresponderá a 1/12 (um doze avos) do benefício devido em dezembro, por mês completo de percepção do benefício no ano correspondente, sendo que a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias decorridos do início da vigência do benefício será havida como mês integral.

SEÇÃO VI

DO PECÚLIO POR MORTE

Art. 46. Ao conjunto de Beneficiários inscritos pelo Participante ou Assistido que vier a falecer, será assegurado, mediante requerimento, o pagamento do pecúlio por morte, na forma de prestação única e rateado em conformidade com os percentuais indicados pelo Participante, observadas as seguintes regras:

I. Para o(s) Beneficiário(s) do Assistido, o pecúlio por morte corresponderá, na data do falecimento, ao saldo residual existente em nome do Assistido na Conta Individual de Benefício;

II. Para o(s) Beneficiário(s) do Participante, o pecúlio por morte corresponderá, na data do falecimento, saldo existente em nome do Participante na Conta Individual do Participante, acrescido dos saldos verificados na Conta Identificada da Patrocinadora e nas Contas Individuais Portadas, se houver.

Parágrafo único. Em caso de morte de Participante ou Assistido sem que haja Beneficiário(s) inscrito(s), para o recebimento do pecúlio por morte, o valor será apurado nos termos dos incisos I e II deste artigo, conforme o caso, e o benefício correspondente será disponibilizado ao(s) herdeiro(s) legal(is), mediante a apresentação de documento expedido pela autoridade competente.

SEÇÃO VII

DA DATA DO CÁLCULO E DO PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS

Art. 47. Os benefícios previstos no inciso I do **artigo 32** deste Regulamento serão devidos, a contar da data do requerimento do Participante, desde que preenchidos os requisitos, conforme previsto neste Regulamento, e serão pagos pela REGIUS até o quinto dia útil do mês subsequente, sendo creditados em conta bancária mantida em nome do Participante.

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 23/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

SEÇÃO VIII

DO RECÁLCULO DOS BENEFÍCIOS

Art. 48. Os valores dos benefícios previstos no inciso I do **artigo 32** deste Regulamento serão recalculados anualmente, no mês de junho, com base no quantitativo de cotas remanescentes na Conta Individual de Benefícios existente em nome do Assistido, observado os **artigos 35 a 38** deste Regulamento.

Parágrafo único. Caso o percentual de variação da cota patrimonial de que trata o caput resulte negativo, os benefícios previstos no caput acompanharão o mesmo critério, mediante redução proporcional do valor pago mensalmente ou, caso seja optado pelo Assistido na forma regulamentar, haverá a redução do prazo de pagamento do benefício.

CAPÍTULO X

DOS INSTITUTOS

SEÇÃO I

DOS CRITÉRIOS GERAIS

Art. 49. No caso de perda do vínculo empregatício do Participante com a Patrocinadora, observados os critérios específicos de elegibilidade, ser-lhe-á facultada as seguintes opções:

- I – Resgate;
- II – Autopatrocínio;
- III – Benefício Proporcional Diferido;
- IV – Portabilidade.

§ 1º A transferência de empregados Participantes deste Plano de Benefícios, do Patrocinador para outra empresa do mesmo grupo econômico que não seja Patrocinador deste plano ou para terceiros, é equiparada à cessação de vínculo empregatício, sendo assegurado aos Participantes transferidos a opção pelos institutos do caput.

§ 2º. Ao Participante que cessar o vínculo empregatício com a Patrocinadora, a REGIUS fornecerá ao interessado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da comunicação da cessação do vínculo empregatício ou da data do requerimento protocolado pelo Participante, extrato de sua vinculação a este Plano de Benefícios contendo as informações necessárias para subsidiar a formalização de sua opção pelos Institutos previstos no caput, desde que não excludentes entre si, por meio do Termo de Opção fornecido pela REGIUS.

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 24/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

§ 3º O Participante terá o prazo 30 (trinta) dias para exercer a opção pelos institutos, ou apresentar questionamentos quanto às informações constantes do extrato, sendo que, nesta hipótese, o prazo para o exercício da opção será suspenso até que sejam prestados pela REGIUS os esclarecimentos necessários.

§ 4º Na falta de manifestação escrita do Participante no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do extrato a que se refere o caput, será presumida a sua opção pelo benefício proporcional diferido, observada a carência de 3 (três) anos de vinculação a este Plano.

§ 5º Ao Participante que tenha optado pelo instituto do benefício proporcional diferido ou autopatrocínio, desde que não esteja em gozo de benefícios, será assegurada opção posterior aos demais institutos.

§ 6º. No caso de posterior opção pela portabilidade ou pelo resgate, os recursos financeiros a serem portados ou resgatados são aqueles apurados na data da nova opção, observadas as disposições do instituto correspondente neste Regulamento.

§ 7º. Quando a opção do instituto ensejar cessação de vínculo do Participante, inclusive parcial, com este Plano de Benefícios, serão descontados o custeio administrativo incidente, as contribuições vencidas e o saldo devedor de eventual operação com o Participante, inclusive não vencido.

SEÇÃO II

DO RESGATE

Art. 50. O resgate integral é a faculdade assegurada ao Participante, que em rompendo o vínculo empregatício com a Patrocinadora ou suspenso o contrato de trabalho decorrente de invalidez, nos termos do inciso I do **artigo 43** deste Regulamento, e não estando em gozo de quaisquer dos benefícios previstos no inciso I do **artigo 32**, de sacar, integral e em cota parcela única, o valor correspondente as cotas depositadas em seu nome na Conta Individual do Participante, e parcela da Conta Identificada da Patrocinadora, atualizados de acordo com a variação da cota patrimonial observada no período compreendido entre a data de ingresso dos recursos neste plano e a data de pagamento do resgate, observado o disposto no §2º do **artigo 60** deste Regulamento.

§ 1º A parcela resgatável da Conta Identificada da Patrocinadora será dada em função do tempo de filiação a este Plano de Benefícios e calculada de acordo com os seguintes percentuais:

- a) até 3 (três) anos: 30 % (trinta por cento);
- b) mais de 3 (três) anos e até 6 (seis) anos: 50% (cinquenta por cento);
- c) mais de 6 (seis) anos: 80% (oitenta por cento).

§ 2º Por ocasião da opção pelo resgate, será também facultado ao Participante realizar o resgate do saldo existente na Conta Individual Portada de EAPC ou sociedade seguradora, devidamente atualizado de acordo com a variação da cota patrimonial.

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 25/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

§ 3º Uma vez realizada a opção pelo resgate, por intermédio de assinatura do Termo de Opção pelo Participante configura-se o cancelamento da inscrição do Participante e a consequente cessação dos compromissos deste Plano de Benefícios, extinguindo-se, por conseguinte, os direitos a quaisquer benefícios previstos neste Regulamento.

§ 4º O pagamento do resgate ocorrerá até 30 (trinta) dias após a data da entrega do Termo de Opção na REGIUS.

§ 5º Na hipótese do cancelamento da inscrição do Participante, na forma dos incisos II, III e VII do artigo 14 deste Regulamento, o Participante somente poderá efetuar o resgate após rescisão de seu contrato de trabalho com a Patrocinadora observadas as regras de resgate previstas neste artigo.

§ 6º Os recursos não resgatáveis da Conta Identificada da Patrocinadora, resultante da aplicação da regra prevista no §1º deste artigo, serão transferidos para o Fundo de Reversão.

§ 7º No resgate em que houver recursos portados de Entidade Fechada de Previdência Complementar, observar-se-á a carência de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da portabilidade, sendo vedado o resgate das contribuições patronais.

SEÇÃO III

DO AUTOPATROCÍNIO

Art. 51. Autopatrocínio é a faculdade do Participante manter o valor de sua contribuição, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, visando a acumulação na Conta Individual do Participante nos níveis correspondentes àquela remuneração, desde que formalize esta opção no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da confirmação da perda total ou parcial da remuneração recebida da respectiva Patrocinadora.

§ 1º A cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora deverá ser entendida como uma das formas de perda total da remuneração recebida.

§ 2º Será admitida a redução do valor das contribuições do Participante que tenha optado pelo autopatrocínio, observadas as condições previstas no Plano de Custeio.

Art. 52. As contribuições a serem vertidas pelo Participante Autopatrocinado serão devidas a partir da data de cessação do vínculo com a Patrocinadora ou da perda da remuneração, na forma e no prazo previstos no §1º do artigo 24.

Art. 53. O Participante Autopatrocinado, que restabelecer o vínculo com a Patrocinadora, poderá optar por regressar à condição anterior de Participante, de acordo com este Regulamento, mantidas todas as carências e prazos obtidos neste Plano de Benefícios até então.

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 26/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

SEÇÃO IV

DO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

Art. 54. O benefício proporcional diferido é a faculdade assegurada ao Participante Ativo, inclusive aquele em Autopatrocínio, de optar por receber, em tempo futuro, o benefício de renda de aposentadoria prevista no **artigo 42**, deste Regulamento, em razão da cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora antes da aquisição do direito ao referido benefício, desde que tenha 3 (três) anos de vinculação a este Plano de Benefícios e não esteja em gozo de quaisquer dos benefícios previstos neste Regulamento.

§ 1º O Participante que optar pelo benefício proporcional diferido ou que tiver presumida a sua opção por este instituto, terá suspenso o pagamento de contribuições no período compreendido entre a data da opção e o início da percepção da renda, salvo àquelas a título de Contribuição Administrativa de Participante em Regime Especial, estabelecidas no Plano de Custeio, podendo, ainda, realizar Contribuição Facultativa do Participante.

§ 2º Ao Participante que fizer a opção referida no caput, lhe será concedido um dos benefícios previstos no inciso I do **artigo 32**, desde que requerido e preenchidos os requisitos nos termos deste Regulamento.

§ 3º A partir da data de opção, os saldos existentes na Conta Individual do Participante, Conta Identificada da Patrocinadora e na Contas Individuais Portados de EFPC e de EAPC, se houver, serão mantidos e atualizados, até a ocorrência de quaisquer dos eventos relacionados nas alíneas a seguir, sendo estes excludentes entre si, observadas as condições previstas neste Regulamento e na legislação vigente:

- a) Transferência dos respectivos saldos para a Conta Individual de Benefício, por ocasião da efetiva concessão da renda, nos termos do **artigo 32**, inciso I, deste Regulamento;
- b) Transferência dos respectivos saldos para a Conta Individual de Benefício, por ocasião da concessão do Pecúlio por Morte;
- c) Posterior opção pela portabilidade, nos termos da Seção V deste Capítulo; ou
- d) Posterior opção pelo resgate, nos termos do **artigo 50**.

§ 4º O Participante em Regime Especial que restabelecer o vínculo com a Patrocinadora, poderá optar por regressar à condição anterior de Participante, de acordo com este Regulamento, preservadas a contagem das carências e prazos já cumpridos neste Plano.

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 27/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

SEÇÃO V

DA PORTABILIDADE

SUBSEÇÃO I

DO PLANO ENQUANTO PLANO ORIGINÁRIO

Art. 55. Ao Participante que não esteja em gozo de quaisquer dos benefícios previstos no inciso I, do **artigo 32**, será assegurada a portabilidade do direito acumulado neste Plano, observados os descontos previstos no **artigo 49**, §7º, deste Regulamento, para outro Plano de Benefícios administrado por Entidade de Previdência Complementar ou Sociedade Seguradora e desde que atendidas simultaneamente as seguintes condições:

- I. Ter cessado o vínculo empregatício com a Patrocinadora;
- II. Ter cumprido carência de 3 (três) anos de vínculo com este Plano de Benefícios.

§ 1º Entende-se por direito acumulado do Participante, o valor correspondente ao saldo de cotas depositadas em seu nome na Conta Identificada da Patrocinadora, Conta Individual do Participante e, se houver, na Conta Individual Portada de EFPC e de EAPC, apurado na data de cessação das contribuições para este Plano.

§ 2º O montante a ser portado será atualizado pelo valor da cota patrimonial válida para data do referido pagamento, observado o disposto no §2º do **artigo 60**.

§ 3º A portabilidade é de caráter irrevogável e irretratável, e é direito inalienável do Participante.

§ 4º Após a opção do Participante pelo instituto da portabilidade, a REGIUS elaborará o Termo de Portabilidade a que se refere o **inciso XXIX** do artigo 2º, observados os termos e prazos fixados nas normas vigentes.

§ 5º Finalizado o Termo de Portabilidade, a REGIUS o encaminhará à Entidade administradora do Plano de Destino, nos termos e prazos fixados na norma vigente.

§ 6º A portabilidade do direito acumulado pelo Participante implica na cessação dos compromissos deste Plano de Benefícios em relação ao Participante e a seu(s) Beneficiário(s).

§ 7º Para efeito do disposto neste Regulamento, fica estabelecido que a portabilidade não caracteriza resgate.

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 28/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

SUBSEÇÃO II

DO PLANO ENQUANTO PLANO DE DESTINO

Art. 56. Os recursos oriundos de portabilidade de outros planos de benefícios administrados por Entidades de Previdência Complementar ou Sociedades Seguradoras para este Plano de Benefícios, serão mantidos na Conta Individual Portada de EFPC ou de EAPC, conforme sua origem, em nome de cada Participante, segregados dos direitos acumulados neste Plano de Benefícios, considerando as contribuições do Participante e do Patrocinador, sendo convertidos, em quantidade de cotas, pelo valor da cota patrimonial vigente na data do seu ingresso neste Plano, observado o disposto no §2º do **artigo 60**.

§ 1º Os quantitativos de cotas creditadas na Conta Individual Portada de EAPC ou de EFPC, por ocasião do exercício da portabilidade, serão atualizados pela variação da cota patrimonial observada no período compreendido entre a data do crédito dos recursos portados e a data da concessão de benefício por este Plano, da realização de nova portabilidade ou, de resgate, no caso de recurso constituído em Entidade Aberta de Previdência Complementar.

§ 2º Os recursos portados de outros planos de benefícios, têm como destinação a melhoria de benefícios, atendidos os mesmos requisitos de elegibilidade, de acordo com as regras previstas neste Regulamento, permitindo-se, no entanto, serem novamente portados para outros planos de benefícios previdenciários administrados por Entidades de Previdência Complementar ou Sociedades Seguradoras, hipótese em que não se aplicará a carência prevista no inciso II do **artigo 55**.

§ 3º. Será admitida a recepção de recursos oriundos de portabilidade mesmo durante a fase de concessão de benefício.

CAPÍTULO XI

DA CONTRATAÇÃO DE SEGUROS

Art. 57. As coberturas da Parcela de Risco ou da cobertura por Sobrevivência são condicionadas à existência de contrato vigente entre a REGIUS e as sociedades seguradora ou resseguradora.

§ 1º A REGIUS, ao celebrar contrato com as sociedades seguradora ou resseguradora, nos termos da legislação vigente, assumirá a condição de representante legal dos Participantes.

§ 2º As condições de contratação, carência, vigência, renovação e eventual suspensão ou cancelamento de Parcela de Risco serão disciplinados no contrato firmando entre a REGIUS e as sociedades seguradora ou resseguradora, inclusive para Participantes em Regime Especial, Participantes Autopatrocinados e Assistidos.

§ 3º. A adesão dos Participantes a qualquer das coberturas previstas neste artigo é facultativa, podendo ser feita isolada ou conjuntamente, e sua contratação se dará exclusivamente, por meio da REGIUS.

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 29/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

Art. 58. As indenizações recebidas pela REGIUS em decorrência da cobertura prevista no do caput do **artigo 57** serão convertidas, conforme o caso, em um dos benefícios previstos no **artigo 32** deste Regulamento, observadas as condições pactuadas com a sociedade seguradora, estando a responsabilidade da REGIUS condicionada e limitada ao valor da indenização recebida, relacionada a cada Participante ou Assistido que aderiu ao seguro.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 59. Entende-se por Unidade de Referência – CD-05, URR-CD-05, para os efeitos deste Regulamento, o parâmetro cujo valor é fixado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) na data de 01 de julho de 2016, sendo atualizado mensalmente com base na variação do IPCA/IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

Parágrafo único. Poderá o Conselho Deliberativo da REGIUS aprovar alteração do critério de atualização da Unidade de Referência – CD-05, URR-CD-05, desde que fundamentado em estudo técnico-atuarial, elaborado pelo atuário responsável pelo acompanhamento deste Plano de Benefícios, e aprovado pelo órgão governamental competente.

Art. 60. O valor inicial da cota patrimonial, na data de implantação deste Plano, é de R\$ 1,00 (um real).

§ 1º O valor da cota patrimonial sofrerá alteração mensal em função da variação do patrimônio deste Plano.

§ 2º Para os desembolsos de recursos previstos neste Plano de Benefícios, tendo a cota patrimonial como referência, será aplicado o valor da cota do mês anterior ao do pagamento correspondente.

Art. 61. O custeio administrativo deste Plano não poderá exceder ao valor correspondente à aplicação do percentual máximo estabelecido nas normas legais vigentes sobre os valores das receitas de contribuições dos Participantes e da Patrocinadora a este Plano, ou outro critério que venha a ser definido pelo órgão governamental competente, respeitada a paridade contributiva.

Art. 62. As contribuições da Patrocinadora, os benefícios e as condições contratuais previstos neste Regulamento não integram o contrato de trabalho do Participante, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração do Participante.

Art. 63. Nenhum benefício poderá ser criado, estendido ou majorado sem a correspondente fonte de custeio total.

Art. 64. Os critérios de concessão e o elenco de benefícios previsto neste Regulamento poderão ser modificados a qualquer tempo, observada a legislação pertinente, sujeito à aprovação do órgão governamental competente.

§ 1º Em qualquer caso, serão preservados os benefícios concedidos aos Assistidos, bem como os direitos dos Participantes em condições de receber benefícios por ocasião das modificações das regras.

	PREVIDÊNCIA BRB	Página 30/30	Grau de Sigilo \$ 00 - Público
	Regulamento do Plano de Benefícios CD – 05 CNPB Nº. 2017.0001-83 CNPJ Nº 48.307.640/0001-75		

§ 2º No parágrafo antecedente, não se aplica às contribuições administrativas previstas no Capítulo VI deste Regulamento.

Art. 65. Para fins de contagem de tempo de contribuição ao Plano de Benefícios CD-05, será considerada a soma de todo o tempo, mesmo que alternados, nos casos de suspensão temporária ou reingresso ao plano.

Art. 66. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo da REGIUS, observadas as disposições legais em vigor e os princípios gerais de direito e a equidade de tratamento.

Art. 67. O presente Regulamento poderá ser alterado a qualquer tempo pelo Conselho Deliberativo da REGIUS, estando as alterações sujeitas à aprovação do órgão governamental competente, observadas as disposições do Estatuto da REGIUS.

Parágrafo único. Em eventuais alterações implementadas no presente Regulamento terão validade e eficácia a partir da data de aprovação pelo órgão governamental competente.

Art. 68. Este Regulamento entrará em vigor, na data de sua aprovação pelo órgão governamental competente